

Produção da opinião jornalística na berlinda*



Ananias José de Freitas

*Doutor em Comunicação e Cultura (UFRJ)
Professor do curso de Graduação em Comunicação
Social da PUC Minas
E-mail: zfreitas@pucminas.br*

Teresinha Maria de C. Cruz Pires

*Doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ)
Professora dos cursos de Graduação e Pós-graduação em
Comunicação Social da PUC Minas
E-mail: pires@pucminas.br*

Resumo: O artigo demonstra a impossibilidade de encaminhar uma reflexão sobre “opinião jornalística”, no jornalismo político impresso brasileiro, atendo-se apenas aos espaços designados pelos jornais como reservados à opinião, ou seja, adotando a distinção entre jornalismo informativo e opinativo. Optou-se por reconstituir a narrativa jornalística da deportação, pelo governo brasileiro, de boxeadores cubanos nos Jogos Pan-Americanos do Rio Janeiro.

Palavras-chave: opinião pública, jornalismo político, opinião jornalística, narrativa jornalística.

Producción de la opinión jornalística en el foco de la atención

Resumen: El artículo busca mostrar la imposibilidad de encaminar una reflexión sobre “opinión periodística” en la prensa política brasileña restringiéndose a los espacios designados por los periódicos como reservados a la opinión. Por lo tanto, se optó por la reconstitución de la narrativa periodística de la deportación, por el gobierno brasileño, de los boxeadores cubanos en los Juegos Pan-Americanos del Rio de Janeiro.

Palabras clave: opinión pública, periodismo político, opinión periodística, narrativa periodística.

Production of journalistic opinion under the spotlights

Abstract: The article argues for the impossibility of carrying out a reflection on “journalistic opinion” in Brazilian political journalism by restricting it to the spaces reserved for opinion-writing in papers. The option was the reconstitution of the journalistic narrative of the deportation, by the Brazilian government, of the Cuban boxers by the time of the Rio de Janeiro Pan-American Games.

Key words: public opinion, political journalism, journalistic opinion, journalistic narrative.

V em se tornando lugar comum constatar a importância e o peso da mídia, especialmente do jornalismo, nas disputas políticas contemporâneas. Do senso comum ao discurso auto-referencial da imprensa e passando pelos estudos acadêmicos, essa relação impacta as perspectivas analíticas e práticas das possibilidades e obstáculos da democracia moderna e contemporânea. A noção-chave dessa relação é delineada pelo conceito de “opinião pública” e seus conseqüentes desdobramentos e complexificações.

Neste artigo, propõe-se apresentar uma reflexão sobre a configuração atual da opinião, no âmbito do jornalismo político. Trata-se, aqui, de um tipo específico de opinião pública: aquela que circula na esfera de visibilidade midiática; a opinião publicada no sentido proposto por Tönnies. De acordo com ele, citado por Splichal (2006:57), “representa

* Versão modificada do trabalho apresentado ao GT “Comunicação e Democracia”, durante o II Congresso Compolítica, na UFMG, Belo Horizonte, de 5 a 7 de dezembro de 2007.

a ‘opinião publicamente expressa’ de um indivíduo, ou seja, uma opinião endereçada a recipientes em geral” (Tönnies apud Splichal, 2006:57). E aqui considerada por seu caráter seminal: “em função de sua extrema visibilidade, outras pessoas deverão a ela aderir, assumindo-a como própria” (Gomes, 2007:14).

Nesse sentido, optou-se por examinar como se deu o processo de produção da opinião publicada nos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo* com relação a um determinado acontecimento – mas com indícios de potencial analítico generalizante: a deportação pelo governo brasileiro dos boxeadores cubanos Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara, que participaram dos Jogos Pan-Americanos realizados no Rio de Janeiro em 2007.

Busca-se, desse modo, apresentar questões que foram levantadas ao se jogar luz sobre a categoria de opinião publicada. A intenção é demonstrar a impossibilidade de encaminhar uma reflexão sobre “opinião jornalística” atendo-se apenas aos espaços designados pelos jornais como reservados à opinião ou recorrendo-se às tipologias usuais (informativo, interpretativo e opinativo) que muito ainda têm sido utilizadas para explicar os processos de produção das notícias. Entende-se que a “opinião jornalística” – que não se reduz aos termos “jornalismo de opinião” ou “jornalismo opinativo” – está presente no jornalismo, qualquer que seja seu formato, ainda que em maior ou menor grau, de forma mais ou menos explícita.

Narrativa jornalística e processo de produção da opinião política

Tendo em vista o propósito deste artigo, optou-se por reconstituir e analisar a *narrativa jornalística*¹ do episódio dos boxeadores cubanos privilegiando as rotinas de produ-

¹ Precisar aqui o que se entende por narrativa jornalística é indispensável, uma vez que, como se verá adiante, propõe-se que, para a apreensão da opinião jornalística, é necessário considerar a narrativa jornalística, não sendo possível capturá-la limitando-se ao exame de um texto jornalístico ou outro.

ção acionadas por articulistas, editorialistas e repórteres no momento de elaboração do discurso jornalístico nos jornais impressos *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Para o entendimento do que aqui se considera narrativa jornalística, torna-se necessário recorrer ao conceito de “dispositivo” tal como proposto por Mouillaud (1997) e Verón (2004). Fausto Neto (2006) situa, de modo articulado, os conceitos dos autores e chama a atenção para as implicações que a adoção desse conceito de dispositivo traz para os estudos jornalísticos.

Mouillaud amplia os desafios impostos ao processo analítico sobre discursividades jornalísticas, ao lembrar que “o discurso do jornal não está solto no espaço; está envolvido no que chamaria de dispositivo que, por sua vez, não é simples entidade técnica, estranha ao sentido (2002:29), instância esta que são os lugares materiais e imateriais nos quais se inscrevem (necessariamente) os textos (Mouillaud, 2002:34). [...] O jornal, nessa perspectiva, é agente e um lugar de operações de produção de sentidos [...] A noção de dispositivo associada ao jornal aparece diferentemente de um dispositivo teórico, no caso “o conjunto de um suporte e de um sistema de práticas de utilizações” (Verón, 2004:240). O jornal, nessa perspectiva, é agente e um lugar de operações de produção de sentidos [...] O dispositivo é uma matriz que impõe suas formas no texto e que tem uma outra especificidade, que é “o modo de estruturação do tempo e do espaço” do próprio discurso jornalístico (Mouillaud, 2002:35). Os dispositivos estão presentes na “capa; relação texto/imagem; modos de classificação da matéria redacional; sistemas de chamada; ‘percursos’ propostos ao leitor (capa>índice>matérias) e as variações que aí se produzem (Verón, 1985:211)” (Fausto Neto, 2006: 95-98).

Assim, no âmbito deste artigo, serão considerados, de modo privilegiado, dois tipos de dispositivos presentes na narrativa jornalística. O primeiro refere-se ao modo como o jornal categoriza² jornalismo opinativo

² Optou-se aqui por adotar a categorização observada no Manual da Folha (2007). Nele, por exemplo, o artigo pode trazer tanto interpretação ou opinião.

– editorial, colunas, artigos e crítica; jornalismo interpretativo ou analítico –, análise, artigo, comentário e jornalismo informativo – notícia e reportagem. E, também, como a partir de tal classificação organiza sua diagramação. Exemplo: Na *Folha de S.Paulo*, as páginas 2 e 3 são reservadas à opinião.

O segundo tipo diz respeito ao percurso proposto ao leitor ao tratar de um mesmo tema em diversos textos (chamada de primeira página > editorial > artigos > cartas > colunas > análise). Considera-se, aqui, que o dispositivo conforma uma grande narrativa jornalística do veículo, de natureza polifônica, que ultrapassa as pequenas narrativas circunscritas em cada texto.

Do ponto de vista sincrônico – a partir da sugestão de Verón (1985), apresentada acima –, deverão ser considerados, para a análise, todos os gêneros³ que circulam no ambiente do jornal (editoriais, cartas, artigos, notícias, reportagens, entrevista etc.) que tratam do assunto em foco presentes na edição do jornal. Nesse sentido, Túñez (1999) sublinha que um dado significativo a ser considerado é a presença, além das notícias, de opinião sobre o assunto na mesma edição do jornal.

E, do ponto de vista diacrônico, o modo como o fato foi recuperado temporalmente pelos jornalistas. Luhmann (2005:72) assinala que as condensações de sentidos “são produzidas no contexto recursivo das operações do sistema”. Assim, acredita-se que o valor heurístico desse indicador – recursividade – reside em sua possibilidade de contraste. Nesse sentido, comparar as diversas narrativas jornalísticas, de um mesmo dia, e, também, ao longo de um período, justifica-se pela possibilidade de observação das estratégias enunciativas dos diversos jornais, uma vez que se considera que a estrutura narrati-

va configura-se como um dos procedimentos que podem ser considerados “modos de construção discursiva da realidade operados pelo jornalismo, operações próprias instituídas pelas regras, valores e gramáticas compartilhadas pelos agentes desse subcampo, cuja legitimidade é produzida internamente” (Castro, 2006:168).



A opinião pública vai se tornando mais um “posicionamento político” do que uma análise opinativa ou interpretativa, perdendo parte de sua aura mediadora

Isso posto, apresenta-se a seguir como a opinião jornalística sobre episódio dos boxeadores cubanos foi construída narrativamente e como ela revela o processo de produção da opinião política. Constituem o *corpus* de pesquisa o material jornalístico publicado pela *Folha de S.Paulo* no período de 25 de julho a 25 de agosto de 2007, material esse levantado na biblioteca do UOL, e pelos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*, entre os dias 7 e 11 de agosto de 2007.

Por fim, cabe esclarecer que, tendo como base uma pesquisa exploratória feita no jornal *Folha de S.Paulo* entre os dias 22 de julho e 25 de agosto de 2007, pôde-se observar nitidamente como, a partir do momento em que se anuncia uma possível deportação dos atletas, percebe-se claramente a presença de um outro enquadramento midiático determinando a produção das notícias. Dada a centralidade de tal achado, para elaboração da análise, apresentada a seguir, optou-se por adotar a estratégia de investigação do funcionamento da mídia proposta por Hackett (1993:128), qual seja: relacionar “várias orientações estruturadas ou os imperativos da produção jornalística” que, de acordo

³ Nos limites deste artigo, adota-se o conceito de gênero de Bakhtin citado por Bonini (2003): “a concepção de que o gênero se constitui nas atividades dos sujeitos socialmente constituídos [...] ligando atos enunciativos ou a ações de linguagem efetivos ou efetiváveis [...] de modo [a explicar] a ação dos sujeitos na linguagem” (Bonini, 2003:online). Assim, será considerado o modo como eles se constituem no jornal.

com ele, estruturam os relatos noticiosos às suas conseqüências, no tocante a um dos níveis de ideologia tratados por ele: os enquadramentos, “ou conjunto de pressuposições sociais fomentadas na notícia” (Hackett, 1993:128). Ainda de acordo com ele, tal es-

Vem ocorrendo uma complexificação da formação de opiniões na sociedade brasileira. Vários analistas apontaram esse fenômeno e possíveis desdobramentos

tratégia possibilita problematizar o exercício do jornalismo ao “especificar os mecanismos que ligam os enquadramentos midiáticos com suas condições sociais de produção” (Hackett, 1993:129) e, assim, recusar “transferir, prontamente – de modo reducionista –, a responsabilidade pela propagação de um **enquadramento noticioso** particular para a ‘classe dominante’, que é suposta controlar os meios de produção culturais” (Hackett, 1993:129, grifo nosso).

Porto (2002:15) chama a atenção para o valor heurístico de uma distinção entre “enquadramentos noticiosos” e “enquadramentos interpretativos”. Para o autor, os primeiros “são padrões de apresentação, seleção e ênfase utilizados por jornalistas para organizar seus relatos. No jargão dos jornalistas, esse seria o “ângulo da notícia” e “enquadramentos interpretativos são padrões de interpretação que promovem uma avaliação particular de temas e/ou eventos políticos, incluindo definições de problemas, avaliações sobre causas e responsabilidades, recomendações de tratamento etc”. Como se verá adiante, serão considerados tanto os enquadramentos noticiosos quanto os interpretativos.

Narrativa e opinião jornalística: o caso da deportação dos boxeadores cubanos

22 de julho de 2007. Guillermo Rigondeaux e Erisland Lara, boxeadores cubanos, abandonam a delegação do seu país nos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro.

No dia 29 de julho, a *Folha de S.Paulo*, em seu caderno de Esporte, trata, em duas matérias, da partida, na véspera, de parte da delegação cubana. O ombudsman do jornal, Mário Magalhães, em sua coluna diária, do dia 30 de julho, chama a atenção não só para a presença da opinião no noticiário como também de uma opinião formulada sem informações suficientes:

A cobertura sobre a partida de parte da delegação cubana na noite de sábado e o desempenho do país caribenho no Pan é um exemplo negativo de como a opinião pode enviesar o noticiário, procedimento condenado pelo próprio projeto editorial da *Folha*.

O texto “País [Brasil] obtém mais pódios, mas piora” (pág. D5 de domingo) falou de passagem sobre “mais um cubano tentando arrumar confusão” na canoagem. Ponto. Que cubano? Que confusão? Por que “mais um”? Sem respostas.

A reportagem “Delegação cubana parte às pressas” (pág. D7 do domingo) tem mais problemas. Ela se refere a “rumores de que haveria uma deserção em massa”. Com todo respeito, é uma abordagem ingênua. Como bem sabem os opositores do regime comunista da ilha, o governo não trabalha com “rumor”, mas com informação e inteligência.

[...] O texto fala em “debandada”. Por quê? **A *Folha* não tinha informação para bancar que a saída não era planejada.**

[...] **Hoje o jornal insiste na expressão “debandada”, em título na capa do caderno do Pan.** Em fotografia interna, entretanto, vêem-se dezenas de cubanos na cerimônia de encerramento.

[...] Cada vez mais atletas cubanos devem fugir, em busca de possibilidades que não

têm em seu país. Penso ser direito deles. **O que condeno, é, a essa altura do século 21, a ideologização de cobertura esportiva com base em premissas de editoriais, de opinião**” (Magalhães, 2007a, grifos nossos).

A editoria de esporte da *Folha* cobriu a deserção dos esportistas até o dia 04 de agosto, quando publica a matéria “Polícia Federal afirma que cubanos serão deportados” (Rangel; Ohata, 2007), na qual menciona que o delegado-chefe da polícia Federal de Niterói, Felício Laterça, teria declarado que os boxeadores seriam deportados. Nessa matéria, constam como fontes: o delegado-chefe da Polícia Federal de Niterói e o empresário da firma alemã Arena Box-Promotion – *manager* de outros quatro boxeadores cubanos refugiados na Alemanha. Ao final da matéria, informa-se que o ministro Celso Amorim (Relações Exteriores) preferiu não se pronunciar sobre o caso e que a *Folha* havia contatado a Embaixada de Cuba, mas foi informada que o expediente se encerrara.

A partir desse momento, nota-se, claramente, uma mudança na estrutura narrativa do acontecimento. Nas matérias da editoria de Esporte anteriores a essa, as fontes citadas eram basicamente: empresa alemã Arena Box-promotion, presidente do Comitê Olímpico Cubano, esportistas membros da delegação cubana, presidente do Comitê Organizador do Pan e assessor do Co-Rio, chefe da equipe de boxe. Com a migração da cobertura do fato para a editoria de Política, as fontes mudam: Polícia Federal, ministros da Justiça, senadores de oposição, presidente da Comissão de relações Exteriores do Senado, declarações de Fidel Castro na imprensa cubana, organização internacional de defesa dos direitos humanos, presidente da OAB, procurador da República, chefe de gabinete do presidente Lula, ex-ministro de relações Exteriores, entre outros. Nesse sentido, percebeu-se que “não são os fatos senão a linha narrativa que determina a parte que se dá a cada personagem” (Arno apud Túñez, 1999:188).

Além dessa significativa mudança de fontes, a linha da narrativa passa a ser a crítica à atitude do governo federal, apontado como tendo feito uma violação dos direitos humanos, em especial ao direito de asilo político. Nesse sentido, Borrat, citado por Túñez, tece uma consideração pertinente:

[...] Quando o jornalista assume a linha narrativa, esta acaba convertendo-se em uma prática de rotina porque atua como referente para a seleção dos dados do relato, a ordem que serão narrados, a atribuição de papéis aos atores da informação, e para criar e orientar as expectativas do leitor assegurando ao relato o maior interesse jornalístico possível (Borrat apud Túñez, 1999:189).

É significativo o fato de, no dia 5 de agosto, na *Folha*, o assunto voltar a ser mencionado apenas na coluna de Elio Gaspari, publicada no caderno Brasil, intitulada “O governo entregará os boxeadores a Fidel”⁴ Nela, o posicionamento do colunista é claro:

LULA COLOCOU o Estado brasileiro a serviço da polícia política de Fidel Castro. [...] Os dois boxeadores (patrocinados por agentes europeus) não formalizaram um pedido de asilo, e o **ministro Tarso Genro assegura que se o fizerem** receberão o devido amparo, “imediatamente”.

[...] Sob custódia, não quiseram ver advogados dos agenciadores. **Pouco teria custado ter oferecido aos dois um período de graça para que fossem entrevistados por organismos da sociedade civil e por representantes da Comissão de Justiça e Paz da CNBB.** [...] O argumento policial segundo o qual Rigondeaux e Lara eram estrangeiros que permaneciam ilegal-

⁴ Interessante mencionar como posteriormente, em 19 de setembro, Elio Gaspari refere-se ao episódio e atribui a ação à polícia e não ao governo, como fez no dia 5 de agosto. Em meio a uma coluna sobre a ida do ministro Tarso Genro a Mônaco para tratar da extradição de Salvatore Cacciola, o colunista tece o seguinte comentário: “[...] Fica mais fácil para o príncipe dizer que atendeu a um pedido de um idiota, amparado na lei, do que explicar aos miliardários da cote que ouviu os argumentos de um ministro **cuja polícia extraditou** dois atletas cubanos recuperados de um surto de insânia contra-revolucionária” (Gaspari, 2007, grifo nosso).

mente no país é digno das megalhas comunistas. Se a **polícia-companheira** está preocupada com imigrantes ilegais, pode encher um estádio em horas, bastando-lhe varejar alguns pontos do Rio e de São Paulo. O aparelho do Estado brasileiro deteve Rigondeaux e Lara a serviço da repressão cubana, o resto é conversa fiada. (Gaspari, 2007, grifos nossos).

No dia 6 de agosto, o caderno de Esporte publica a matéria “Boxeadores de Cuba que desertaram deixam o Rio”. Interessante ressaltar que, a partir daí, somente a coluna “Painel FC”, assinada por Ricardo Perrone, que apresenta os bastidores do esporte, continua tratando do assunto, mas dando-lhe enquadramento político. Uma coluna diária do ombudsman da Folha, Bernardo Ajzenberg, de 18 de fevereiro de 2004, traz um comentário oportuno sobre essa coluna:

O Globo, corretamente, destaca em alto de página que a mensagem de Lula ao Congresso, entregue dias atrás por José Dirceu, inclui proposta e defesa da legalidade dos bingos. Essa bombástica informação, na Folha, consta apenas na primeira nota do Painel FC (Esporte, D2). **Ficou assim, escondida do noticiário político, onde deveria estar**” (Ajzenberg, 2004, grifo nosso).

Curioso ainda é o fato de Eduardo Ohata, jornalista da editoria de Esporte, enviado especial ao Rio e responsável pela maior parte das matérias publicadas sobre o assunto, passar a ter suas matérias publicadas no caderno Brasil e não mais no de Esporte.

Já no dia 7 de agosto, o episódio ganha a primeira página dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Globo*. A *Folha* publica a matéria “Senadores criticam retorno de cubanos”, elaborada pela jornalista Fernanda Krakovics, da sucursal de Brasília. Na matéria, informa-se que o líder do PSDB no senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou requerimento convocando os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Defesa, Nelson Jobim, para prestar esclarecimentos na Comissão de Relações Exteriores. O jornal *O Globo* publica matéria intitulada “Governo terá de

explicar deportação de cubanos” e tem como bigode: “Oposição vai convocar ministros e chega a comparar o caso ao de Olga Benário, entregue a Hitler por Getúlio”.

O destaque, não só nesse jornal, dessa comparação feita pelo presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, Heráclito Fortes (DEM-PI), juntamente com outras declarações de congressistas no corpo da matéria, apontam para a instalação de um conflito entre alguns senadores de oposição e o governo. Gomes (2004) considera uma das principais características da narrativa no âmbito do jornalismo político:⁵ a presença do enquadramento do conflito como estrutura dramática. “Essa estrutura supõe que as pessoas e grupos estão necessariamente em conflito entre si, de forma que o narrador precisa apenas identificar a matéria deste conflito preciso e isolar os antagonistas [...] o enquadramento do conflito é também um princípio de seleção” (Gomes, 2004:347).

Considerando ainda esse deslocamento da cobertura da editoria de Esporte para a editoria de Política, Gomes, citando James Fallows, apresenta uma observação pertinente:

Fallows (1997:221) adverte que há, entretanto, uma diferença fundamental entre o enquadramento de conflito no esporte e na política, que consiste no fato de que na política “o tom da cobertura jornalística política afeta o modo como o jogo – jogo público é jogado”. Como cada demanda da esfera de visibilidade pública corresponde a uma resposta no interior do campo político, os agentes políticos cientes de que os jornalistas empregam um enquadramento de conflito estão prontos para desferir os ataques verbais em quantidades e modos necessários, assim que microfones e câmeras são ligados, de forma a assegurar os seus bons segundos de presença no telejornal da noite e nas manchetes do dia seguinte (Gomes, 2004:349).

⁵ A esse respeito, Gomes (2004: 347) também sublinha que: “o jornalista político que adotou o modelo do espetáculo combina técnicas de apuração jornalística com técnicas de escrita dos escritores de ficção. Ele coleta e conta histórias. Quando descreve eventos, eles são apenas cenários e circunstâncias para as histórias que desenvolvem”.

No dia 8 de agosto, na matéria “Tarso elogia ação e diz que **crítica é disputa política**”, o ministro avalia que “a Polícia Federal agiu dentro da legalidade e que os ataques à ação são ‘equivocadas’, mas ‘fazem parte da disputa política em curso’”.

Também no dia 8 de agosto, a *Folha de S. Paulo* publica o editorial “Direitos nocauteados”, abaixo do título em destaque: “Deportação de dois boxeadores cubanos pela administração Lula é um desrespeito ao princípio de asilo político”. Dado seu caráter significativo para a análise proposta, optou-se por transcrevê-lo na íntegra:

A CONSTITUIÇÃO brasileira arrola entre seus princípios fundamentais a concessão de asilo político (art. 4º, X). É essa norma fundadora que o governo brasileiro violou ao deportar os boxeadores cubanos Guillermo Rigondeaux e Erislandy Lara para a ilha de Fidel.

Existe a possibilidade teórica de que tudo não tenha passado de uma operação rotineira de repatriamento. Esse seria o caso se os atletas cubanos de fato desejavam voltar para seu país, como alegam as autoridades brasileiras. As circunstâncias da deportação, entretanto, fazem dessa hipótese uma espécie de conto da carochinha.

Impressiona, em primeiro lugar, o acoadamento da operação. Depois de desertar da delegação cubana no meio dos Jogos Panamericanos, os pugilistas foram detidos na sexta-feira⁶ no litoral do Rio de Janeiro por estar sem documentos. **Foram mantidos incomunicáveis** e, no domingo, já se encontravam em Havana, aonde chegaram num vôo especialmente fretado. Logo foram enfiados numa “casa de visita” eufemismo da ditadura cubana para prisão.

O mínimo que se esperava do ministério da Justiça e do Itamaraty é que honrassem a tradição brasileira de concessão de abrigo

a perseguidos políticos e dessem aos pugilistas o tempo e a oportunidade para decidir livremente se queriam retornar à ilha ou requerer asilo. **Isso exigiria colocá-los em contato com representantes de instituições independentes, como a Comissão de Justiça e Paz da CNBB, a OAB, o Ministério Público ou a própria ONU, que lhes poderiam apresentar alternativas e prestar esclarecimentos. Se tais entrevistas tivessem ocorrido, ao menos não haveria dúvidas quanto à real disposição dos atletas em voltar.**

Embora alguns baluartes do governo Luiz Inácio Lula da Silva descrevam Cuba como uma “democracia popular”, trata-se de uma ditadura. É altamente provável que autoridades cubanas tenham feito ameaças a familiares dos boxeadores para convencê-los a retornar, expediente clássico usado desde sempre por estados autoritários.

Sejam quais sejam os desígnios e as maquinções por trás desse caso, **é fato inconteste que o governo Lula errou.** Na hipótese benigna, falhou ao imprimir à deportação velocidade olímpica, permitindo que se levantassem dúvidas quanto às reais intenções dos atletas. **A outra possibilidade, mais verossímil, é escandalosa: a administração petista colocou o aparato policial do Estado brasileiro a serviço de uma ditadura estrangeira.**

Como resultado da ação estabanada, para não dizer servil, do governo brasileiro, dois seres humanos estão à mercê da vingança do regime de Fidel Castro (grifos nossos).

A respeito desse editorial, chama-nos a atenção a formulação de sua opinião com base em argumentos que se estruturam em termos de possibilidades, o que nos sugere uma ausência de fatos e o recurso a termos, como por exemplo “altamente provável”, para buscar legitimidade do que diz.

Cabe ainda ressaltar como, ainda no dia 8 de agosto, Luis Nassif, em seu blog “Blig”, posta, às 13h28, um comentário chamando a atenção para o desencontro de informações entre o editorial e uma matéria publicada pela *Folha* nesse mesmo dia.

⁶ No dia 10 de agosto, o jornal apresenta em “Erramos” uma retificação de que os pugilistas foram detidos na quinta-feira e não na sexta-feira, como havia mencionado no editorial.

A informação “os pugilistas foram detidos na sexta-feira no litoral do Rio de Janeiro por estar sem documentos”, presente no editorial, é confrontada por Nassif com a matéria “Eles se entregaram”, diz dono de hotel no Rio”, de Sérgio Rangel, enviado especial a Araruama (RJ). O seguinte trecho da matéria é reproduzido:

Dono da Estalagem Pirata, Reinaldo Sá Fortes disse ontem não acreditar que os boxeadores cubanos foram presos pelos policiais militares na tarde do dia 2 em Araruama (115 Km do Rio). O proprietário da pousada afirmou acreditar que os atletas pediram ajuda aos policiais para voltarem ao país.

“Eles eram bem discretos. Na quinta, os dois saíram para almoçar e voltaram com a polícia. Em nenhum momento os policiais disseram que os cubanos haviam sido presos. Eles chegaram sem algemas, foram aos seus quartos, pagaram a conta daqui e foram embora com os policiais. A impressão que eu tive era que os dois queriam voltar para a casa. Até as malas deles já estavam prontas. Na verdade, eles se entregaram”, disse Forte, que alugou cada quarto da modesta pousada por R\$ 50 por dia para cada atleta. O hotel fica localizado na praia Seca, região turística do município (Nassif, 2007).

Também cabe destacar as críticas feitas a esse editorial pelo próprio ombudsman do jornal, Mário Magalhães. Em sua coluna semanal, do dia 12 de agosto, intitulada “Jornalismo nocauteado” – uma alusão ao título do editorial –, Magalhães tece o seguinte comentário:

[...] Com o reaparecimento de Lara e Rigondeaux, **a viagem-relâmpago e a transparência anêmica das autoridades brasileira, a opinião veio a se sobrepor aos fatos** na *Folha*. [...] Pelo que se sabe hoje, inexistiu pedido de asilo. Representantes da OAB e do Ministério Público estiveram com os estrangeiros e ouviram a vontade de “volver”. **Não é papel do ombudsman discutir o mérito de posições editoriais. É legítimo que o jornal as tenha e as di-**

vulgue. Nesse episódio, porém, pareceu haver opinião demais em contraste com informação de menos. E precipitação, ao conferir status de fato ao que era suposição. Desde a controversa “debandada”, o espaço opinativo aparentou influenciar o noticioso.

Os leitores ganhariam se a Folha tivesse demonstrado na apuração da história a mesma determinação que exibiu ao opinar quando os fatos ainda aconselhavam prudência (Magalhães, 2007b:8, grifos nossos).

No dia 9 de agosto, o jornalista Luís Nassif, em seu blog “Blig”, chama a atenção para o desencontro entre afirmações feitas pelo presidente da seção Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Wadih Damous, na seção de cartas de *O Globo*, página 6, e o comentário elaborado por Merval Pereira em sua coluna publicada nessa mesma edição do jornal, na página 4. Nassif (2007a) transcreve a carta na íntegra e reproduz um trecho da coluna de Merval Pereira:

OAB esclarece

Diante das notícias desconstruídas sobre os dois boxeadores cubanos que abandonaram sua delegação durante os Jogos Pan-Americanos, esclareço: a) na qualidade de presidente da OAB/RJ, estive na Polícia Federal em Niterói, sexta-feira à noite, para conhecer a situação dos dois atletas e oferecer-lhes assistência jurídica, caso a desejassem; b) quando cheguei à PF, os boxeadores não estavam mais lá, mas num hotel, em liberdade vigiada; c) na PF pude conversar não só com o delegado federal responsável pelo caso, como também com o procurador da República Leonardo Luiz de Figueiredo Costa, representante do Ministério Público Federal, órgão independente do governo. O procurador me informou que entrevistara os atletas a sós, sem a presença de agentes policiais, e ofereceu-lhes a possibilidade de ingressar com um habeas corpus para que permanecessem no Brasil, mas ambos lhe informaram que, por livre e espontânea vontade, tinham decidido regressar a Cuba.

WADIH DAMOUS, presidente da seção Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (por email, 8/8), Rio.

Coluna do Merval Pereira, em “O Globo” de hoje

Se o governo brasileiro fosse ao menos cauteloso, e não estivesse com tanta ânsia de prestar um favor ao amigo ditador, teria convocado representante das Nações Unidas para os refugiados, a OAB e a imprensa para que todos fossem testemunhas daquela história estrambótica que agora contam em notas oficiais.

Na melhor das hipóteses para o governo, os boxeadores cubanos foram enganados pelos agenciadores alemães e as autoridades brasileiras foram enganadas pelo “muy amigo” governo cubano.

O que também é outra história inverossímil.

Curioso ainda, nesse caso, é o fato de os esclarecimentos prestados pelo presidente da OAB (RJ) terem sido publicados como carta e não como uma matéria, na editoria de Política, retificando os equívocos da cobertura. Por outro lado, na mídia, observam-se reclamações com relação à não-divulgação da presença das duas autoridades ligadas ao governo, no dia 3 de agosto, no local da prisão dos cubanos – apenas no dia 11 de agosto, a Folha publica uma matéria com um depoimento do procurador da República, Leonardo Luiz Figueiredo, confirmando o fato. De acordo com Merval Pereira, essa presença “dá à posição do governo brasileiro um ar de legitimidade que deveria ter sido divulgada imediatamente”. Entretanto, o colunista acrescenta:

Mas não invalida a desconfiança de que a mudança de atitude [a deportação] tenha sido provocada por uma pressão irresistível do governo cubano [...] toda desconfiança se baseia, além da estranheza do episódio, nas relações mais que especiais do governo brasileiro com a ditadura cubana (Pereira, 2007:4).

Ainda com base na observação realizada na cobertura jornalística da *Folha de S. Paulo*, chamou-nos a atenção como o dia 12 de agosto ilustra, exemplarmente, a predominância do enquadramento interpretativo na cobertura desse acontecimento devido à posição política da empresa e dos jornalistas.⁷ Foram publicados naquele dia: o editorial “Mistérios na PF”, a coluna do ombudsman, “Jornalismo nocauteado”, um comentário intitulado “Fidel Net”, assinado por Elio Gaspari, outro de Jânio de Freitas, intitulado “Lá e cá”. E, ainda: a coluna “Painel FC”, de Ricardo Perrone, na editoria de Esporte, e no caderno *Ilustrada*, uma crítica assinada por Raul Juste Lores, intitulada “Documentário escancara frustrações” que trata da série “Em Cuba”, de Felipe Lacerda. Ilustrativo, nesse sentido, é o que diz o Manual da Folha no verbete “editorial”: “os editoriais não dirigem o noticiário, mas temas que neles aparecem com frequência devem ser explorados pela reportagem”. Nesse caso, pergunta-se: só pela reportagem?

Por fim, cabe destacar um comentário elaborado pelo jornalista Alon Feuerwerker e postado em seu blog no dia 11 de agosto a respeito da matéria publicada, nessa data, por *O Estado de S. Paulo* e intitulada “Direito dos lutadores cubanos foi ignorado”, assinada por Gabriel Manzano Filho. Na matéria, é reproduzida uma entrevista pingue-pongue realizada pelo jornalista com o ex-ministro de Relações Exteriores, Celso Lafer. Nessa entrevista, merece destaque as seguintes falas de Celso Lafer: “O que parece ter ocorrido, segundo algumas autoridades, é que [...] Se foi isso que ocorreu – e essa é uma versão verossímil – caberia ao Brasil fazer gestões diplomáticas...” (Lafer apud

⁷ Importa sublinhar que essa significativa característica da narrativa jornalística, de apresentar-se de modo privilegiado nos espaços opinativos quando o assunto é de interesse das empresas de comunicação, tem sido apontada por diversos autores. Nesse sentido, ver, por exemplo, o estudo *Mídia e Políticas Públicas de Comunicação*, uma investigação aprofundada realizada pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (Andi), publicada em fevereiro de 2007.

Manzano Filho, 2007:6). Com relação a ela, Feuerwerker comenta:

Vamos por partes. O embaixador Lafer discorre na entrevista sobre “o que parece ter ocorrido, segundo algumas autoridades”. **Imagem se eu, um modesto jornalista, passasse a pontificar aqui, no meu também modesto blog, sobre “o que parece ter ocorrido”, segundo “autoridades” não nomeadas. Mas um ex-chanceler brasileiro, entrevistado por um importante jornal brasileiro, dá-se ao luxo de analisar o que “parece” que aconteceu.** Pensando bem, eu compreendo o embaixador Lafer. Ele prefere falar sobre o que “parece” ter acontecido (quem falou em ameaças às famílias dos lutadores foi o agenciador alemão que tentou comprar os passes deles), talvez por vislumbrar quão difícil seria justificar certas posições à luz do que de fato aconteceu. De todo modo, é um sintoma dos tempos. Tem uma turma lá no Itamaraty que vive de tocaia, esperando a primeira oportunidade para descascar a política externa do país. **É um grupinho de embaixadores de pijama que sobrevive falando mal do Brasil para quem precisa que se fale mal do Brasil. Só o medo do ridículo os contém. E nem sempre** (Feuerwerker, 2007, grifos nossos).

Esse comentário sugere-nos alguns aspectos a serem destacados: emissão de opinião com base em suposição, expediente dos jornais de buscarem declarações de pessoas que reforcem a posição defendida, e a possibilidade de constrangimento de opiniões na esfera de visibilidade midiática.

Esse expediente do jornal *O Estado de S. Paulo* – observado também em outros veículos, ver Pires (2008) – de apresentar opiniões com base em suposições, sugerindo-nos a presença de uma rotina, coloca em questão a qualidade da opinião publicada e parece-nos ilustrar bem o que diz Noelle-Neumann (1995) ao tratar das condições de produção da opinião pública e da necessidade de se prestar atenção à posição adotada pelos meios de comunicação ante a um determinado tema: “Os meios influentes emprestam palavras e argumentos aos

outros jornalistas e aos que estão de acordo com eles, influenciando assim no processo de opinião pública e na tendência a expressar-se ou ficar calado (Noelle-Neumann, 1995:258).

Por fim, o comentário final de Feuerwerker (2007): “Só o medo do ridículo os contém. E nem sempre” aponta para a presença – nem sempre eficaz, na visão dele – da espiral do silêncio tratada por Noelle-Neumann.

Na mesma perspectiva, cabe uma consideração feita por Gomes (2007) com relação à eficácia que a extrema visibilidade midiática da opinião publicada pode exercer sobre os indivíduos, uma vez que ela

força aqueles que quiserem apresentar razões em defesas de seus interesses e ponto de vistas a confrontar-se com um auditório abstrato e universal, que, portanto, tende a rejeitar razões particulares e egoístas. Naturalmente, razões não-públicas podem sempre se travestir de justificações universais, mas, de qualquer forma estará sempre sujeito ao risco do desmascaramento e do constrangimento, pois num auditório universal domina a vigilância recíproca e nunca se sabe, ao se fazer um lance argumentativo, quem vai reagir e questionar as razões apresentadas. De forma que também nesse caso, é a visibilidade quem socorre a publicidade (Gomes, 2007:11-12).

É o que parece estar já ocorrendo, no Brasil, numa escala não muito ampla, mas significativa, em diversos blogs e sites de jornalistas e especialistas que assumem um papel de análise e de crítica em relação ao que é publicado nos espaços opinativos, como pôde ser visto neste artigo.

Considerações finais

Pelo exposto, buscou-se demonstrar como os textos revelaram a presença de emissão de opinião em contraposição aos fatos noticiados pelo próprio jornal; do opinativo no espaço noticioso; posição política como critério *a priori* de cobertura; interação entre a

linha geral da cobertura e a busca de “fontes” que a respaldassem e a formulação de opinião com base em hipóteses.

E, ainda, a coluna política, da qual se espera análise e interpretação de fatos e, portanto, sintonia com o noticiário do veículo em que se escreve, emitir pontos de vista sem se levar em conta as informações já disponíveis aos leitores naquele mesmo dia no espaço noticioso. Se considerarmos que as colunas políticas têm como leitores pessoas já informadas e que têm interesse em compreender melhor o fato em questão para formar sua opinião, que opinião o jornalista então está produzindo? E de um editorial que se comporta do mesmo modo? Que distância é essa que separa a direção de redação da reportagem? Sabe-se que as rotinas de apuração e o acesso a fontes (privilegiadas) por parte de colunistas, articulistas e editorialistas é o que lhes permite, em tese, produzir análises e opiniões mais qualificadas, mas quais as implicações dessa distância com relação aos fatos também apurados pela reportagem?

Chega-se aqui a um ponto decisivo para a análise do processo de produção da opinião publicada em boa parte da imprensa escrita brasileira. Parece claro que nesse processo tem sido levado em conta muito mais uma radicalização política, que contamina toda a cobertura, mas certamente com maior intensidade nos espaços considerados “opinativos”, do que uma elaboração discursiva e interpretativa dos fatos noticiados. A opinião publicada tenta, assim, assumir um protagonismo na cena política e, em sua produção, se distancia das referências apontadas pelos estudos acadêmicos mais tradicionais sobre gêneros jornalísticos. A opinião publicada vai se tornando muito mais um “posicionamento político” do que uma análise opinativa ou interpretativa, perdendo, assim, parte de sua aura mediadora e parecendo converter-se em um contentor em disputa, sem abandonar o discurso autorreferencial fundado na visão liberal da liberdade e da pluralidade da imprensa. Assim, as tipologias usuais (informativo, interpretativo

e opinativo) ajudam muito pouco, às vezes pouquíssimo, na análise da produção jornalística contemporânea brasileira.

Por fim, vale ressaltar que, nesse processo, vem ocorrendo, por razões diversas, que fogem aos objetivos e à competência deste artigo, uma complexificação da formação de opiniões na sociedade brasileira. Vários analistas já apontaram esse fenômeno e seus possíveis desdobramentos para a relação entre a mídia e a política. Descrito como um



As tipologias usuais (informativo, interpretativo e opinativo) pouco ajudam na análise da produção jornalística contemporânea brasileira

descolamento entre a “opinião publicada”, tratado ainda em muitos círculos como “opinião pública”, e a opinião expressa de variados modos pela maioria da sociedade, esse fenômeno exige um maior aprofundamento e mesmo pesquisas mais focadas e de médio prazo. Talvez um dos exemplos iniciais desse processo de descolamento tenha sido o plebiscito de 2005 sobre o desarmamento, no qual a opinião publicada, e aí não se pensa apenas na imprensa escrita, mas em um conjunto mais amplo de agentes produtores de opinião, foi sobejamente derrotada nas urnas pelos eleitores. De lá para cá, outros exemplos se somaram, e o mais expressivo talvez tenha sido a reeleição do presidente Lula, após um intenso período de críticas veiculadas pela mídia.⁸ Desse descolamento

⁸ Nesse sentido, ver artigo intitulado “Mídia e democracia no Brasil: da ‘eterna vigilância’ a ‘justa frustração’”, elaborado por Lattmann-Weltman (2006). E, também, as reflexões apresentadas por Lima (2006) sobre os colunistas políticos na cobertura da crise política de 2005-2006.

apontado, busca-se aqui inferir quatro conseqüências que nos parecem relevantes para um aprofundamento analítico:

- a) a complexa e intrincada rede de formação de opiniões na sociedade brasileira das últimas décadas, que não se deixa revelar facilmente por meio de categorias e instrumentos analíticos tradicionais;
- b) o papel da “opinião publicada” nessa complexa rede e a perda de importância relativa no conjunto das opiniões que se formam e que se consolidam em hegemônias provisórias;
- c) a conseqüente radicalização opinativa dos espaços e autores das “opiniões publicadas”, que passam a manter opiniões com a aparência de jornalísticas, mesmo quando as tradicionais apurações jornalísticas não as confirmam ou, por vezes, mesmo as desmentem.
- d) a recorrente quase unanimidade nos espaços opinativos “oficiais” da imprensa que trespassa os editoriais, as colunas e os artigos, configurando o que Aldé, Mendes e Figueiredo (2007) descreveram como uma ausência de pluralismo inter-

no.⁹ Nesse cenário da opinião publicada, como parece ser confirmado, pelo menos parcialmente, pelo caso aqui analisado, falta a controvérsia. As opiniões, para além dos aspectos já apontados em seus processos de produção, são em quase totalidade expressões de UMA SÓ opinião, defendida por vozes diferentes. Promove-se um simulacro de pluralidade de vozes, mas que se repetem em uníssono. Distancia-se, assim, um pouco mais, a opinião pública do ideal normativo da opinião pública, que exigiria o confronto de opiniões por vezes antagônicas em busca do esclarecimento. Nesse aspecto, ressaltam-se de forma mais nítida as questões das tensas relações entre a cobertura da política, a formação de opiniões na sociedade brasileira e a necessária oxigenação do processo político no rumo de uma disputa democrática e pluralista.

⁹ O “pluralismo pode ser interno – quando cada veículo pretende trazer todas as versões e interpretações para as notícias – ou externo, quando várias empresas jornalísticas dividem o público de acordo com as suas opiniões políticas, oferecendo linhas editoriais explicitamente diferentes” (Aldé; Mendes; Figueiredo, 2007:17).

Referências

- AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA (ANDI). **Mídia e políticas públicas de comunicação**. Brasília, 2007. Disponível em: http://www.andi.org.br/_pdfs/midia_ppc.pdf. Acesso em: 22/06/07.
- AJZENBERG, B. Crítica diária. **Folha Online**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/criticadiaria/ult2114u71.shtml>. Acesso em: 02/10/07.
- ALDÉ, A.; MENDES, G.; FIGUEIREDO, M. Tomando partido: imprensa e eleições presidenciais em 2006. In: Encontro Nacional da Compós. **Anais**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2007.
- BONINI, A. **Os gêneros do jornal**: o que aponta a literatura da área de comunicação no Brasil? Disponível em: <http://www3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem/0401/11.htm>. Acesso em: 03/10/2007.
- CASTRO, M. C. P. S. Mídia e política. Controversas relações. In: INÁCIO, M.; NOVAIS, R.; ANASTASIA, F. (Orgs.). **Democracia e referendo no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- FALLOWS, J. **Detonando a notícia**: como a mídia corrói a democracia americana. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FAUSTO NETO, A. Enunciação jornalística entre dispositivo e disposições. In: LEMOS, A.; BERGER, C.; BARBOSA, M. **Narrativas Midiáticas Contemporâneas**. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- FEUEERWERKER, A. O “non-refoulement” e a liberdade individual, segundo o embaixador Celso Lafer. **Blog do Alon**. Disponível em: <http://blogdoalon.blogspot.com/2007/08/o-non-refoulement-e-liberdade.html>. Acesso em: 21/08/2007.
- Folha de S. Paulo**. Tarso elogia ação e diz que crítica é disputa política, 08/08/07.
- FREITAS, J. A. Monitoramento da imprensa: pesquisa, reflexão e experimentação pela qualidade e pela ética no jornalismo. In: JESUS, E.; SALOMÃO, M. (Orgs.). **Interações Plurais**: a comunicação e o contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2008.
- GOMES, W. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.
- _____. Publicidade, visibilidade, discutibilidade: para uma revisão do conceito de esfera pública política. In: Encontro Nacional da Compós. **Anais**. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2007.
- HACKETT, R. A. Declínio de um paradigma? A parcialidade e a Objetividade nos Estudos dos Media Noticiosos. In: TRAQUINA, N. **Jornalismo: questões, teorias e <<estórias>>**. Lisboa: Vega, 1993.
- LATTMAN-WELTMAN, F. Mídia e democracia no Brasil: da eterna vigilância a “justa frustração”. In: GOULART, J. O. (Org.). **Mídia e democracia**. São Paulo: Annablume, 2006.
- LIMA, V. A. de. **Mídia: crise política e poder no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- LUHMANN, N. **A realidade dos meios de comunicação**. São Paulo: Paulus, 2005.
- MAGALHÃES, M. Crítica diária. **Folha Online**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ombudsman/criticadiaria/ult2114u71.shtml>. Acesso em: 02/10/07a.
- MAGALHÃES, M. Jornalismo nocauteado. **Folha de S. Paulo**, 12/08/2007b.
- MOUILLAUD, M. Da forma ao sentido. In: MOUILLAUD, M.; PORTO, S. (Orgs.). **O jornal da forma ao sentido**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.
- NASSIF, L. O ping pong dos cubanos em “O Globo”. **Blog do Nassif**. Disponível em: http://z001.ig.com.br/ig/04/39/946471/blig/luisnassif/2007_08.html. Acesso em: 21/08/07a.
- _____. A mídia perdeu; o país também. **Blog do Nassif**. Disponível em: http://z001.ig.com.br/ig/04/39/946471/blig/luisnassif/2007_08.html. Acesso em: 21/08/2007b.
- NOELLE-NEUMANN, E. **La espiral del silencio – opinión pública**: nuestra piel social. Barcelona: Paidós, 1995.
- Novo Manual da Redação da Folha de S. Paulo**. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/folha/circulo/manual_redacao.htm. Acesso em: 21/08/2007.
- PEREIRA, M. Fatos e versões. **O Globo**, 10/08/2007, p.4.
- PIRES, T. M. de C. C. Mídia e (in)transparência dos processos jornalísticos. In: JESUS, E. de; SALOMÃO, M. (Orgs.). **Interações plurais**: a comunicação e o contemporâneo. São Paulo: Annablume, 2008.
- PORTO, M. Enquadramentos da Mídia e Política. In: XXV Congresso da Intercom. **Anais**. Salvador: UNEB, 2002.
- RANGEL, S.; OHATA, E. Polícia federal afirma que cubanos serão deportados. **Folha de S. Paulo**, 04/08/2007, p.2.
- SPLICHAL, S. A teoria de Ferdinand Tönnies sobre opinião pública como uma forma de vontade social. In: MAROCCO, B.; BERGER, C. **A era glacial do jornalismo**: teorias sociais da imprensa. Porto Alegre: Sulina, 2006.
- TUÑEZ, M. **Producir noticias**: como se fabrica la realidad periodística. Santiago de Compostela: Tórculo Edicions, 1999.
- VERÓN, E. **Fragments de um tecido**. São Leopoldo: Unisinos, 2004.

